

RUMO AO PRINCÍPIO DE INCLUSÃO. UMA LEITURA SOBRE A AGRESSÃO VERBAL EM AS MULHERES QUE CELEBRAM AS TESMOFÓRIAS

TOWARDS THE PRINCIPLE OF INCLUSION. A READING OF THE VERBAL AGGRESSION IN THE WOMEN WHO CELEBRATE TESMOFÓRIAS

Maria Teresa SANTOS

Universidade de Évora / CIDEHUS, Portugal

msantos@uevora.pt

 <https://orcid.org/0000-0003-2546-1607>

RESUMO: Introdução: O princípio da inclusão tem sido construído e revisto historicamente, opondo-se à desconsideração pela diversidade e pela diferença que singulariza cada ser humano. O facto deste princípio estar sujeito à variação dos interesses político-económicos chama a atenção para os seguintes objetivos: é necessário 1) aprender como a inclusão se foi afirmando e justificando em oposição à exclusão e 2) reconhecer que são muitos os modos de excluir. Por conseguinte, a educação tem prioridade na compreensão do valor inerente ao princípio de inclusão. Neste quadro de referência delineou-se um pequeno projeto investigativo com base na comédia *As Mulheres que celebram as Tesmofórias* (411 a. C.) de Aristófanes. **Metodologia:** A metodologia foi de ordem qualitativa e seguiu a hermenêutica crítica de texto. A população foi constituída pelas turmas de Filosofia da Educação do curso de Ciências da Educação da Universidade de Évora. A amostra circunscreveu vinte estudantes do referido curso. Conclui-se que a agressão verbal, ainda tão comum, nega o respeito pelos outros pares e, a limite, o princípio de inclusão, constituindo uma ameaça ao bem-estar e ao desenvolvimento contínuo de cada pessoa. Enquanto rejeitadas, as mulheres constituem um grupo das vítimas de bullying, encontrando-se em situação de maior risco psicossocial. **Resultados:** Em resultado espera-se a compreensão e sensibilização para a agressão/vitimização verbal a que as mulheres estão sujeitas quando secundarizadas como cidadãs. **Conclusões e debates:** Fica à discussão a vulnerabilidade a que está sujeito o princípio de inclusão. A futura linha de investigação dará lugar à exploração de outra comédia, também sobre o posicionamento das mulheres na excludente sociedade ateniense.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Agressão verbal; Aristófanes.

ABSTRACT: Introduction: Historically, principle of inclusion was built and revised, opposing the disregard for diversity and the difference that singularizes each human being. The fact that this principle is subject to varying political and economic interests draws attention to the following objectives: it is necessary to 1) students learn how inclusion has been affirmed and justified in opposition to exclusion and 2) recognize that there are many ways to exclude. Education therefore has priority in understanding the value inherent in the principle of inclusion.

Within this frame of reference, a small research project was outlined based on Aristophanes comedy *The Women Who Celebrate Tesmofórias* (411 BC). **Method:** The methodology was qualitative and followed the critical hermeneutics of the text. The population was made up of Philosophy of Education classes on the Education Sciences course at the University of Évora. The sample consisted of twenty students from the course. We conclude that verbal aggression, which is still so common, denies respect for other peers and, at the limit, the principle of inclusion, constituting a threat to the well-being and continuous development of each person. As victims of bullying, women were rejected and are at greater psychosocial risk. **Results:** As a result, we hope to raise understanding and awareness of the verbal aggression/victimization to which women are subjected when they are sidelined as citizens. **Conclusions and Discussions:** The vulnerability to which the principle of inclusion is subject will be discussed. A future line of research will give rise to the exploration of another comedy, also about the position of women in the exclusionary Athenian society.

KEYWORDS: Inclusion; Verbal aggression; Aristophanes.

1. INTRODUÇÃO

A disciplina de Filosofia da Educação tem à sua disposição uma base bibliográfica variada e sempre em atualização. Variada em duplo sentido. Por um lado, com níveis de sistematização distintos, com posicionamentos críticos mais fortes ou mais fracos em relação a certos temas e com preferências metodológicas distintas, ora inclinadas para a perspetivação historiográfica dos assuntos ora concentradas em interpretações analíticas, hermenêuticas ou pragmatistas das teorias e dos problemas educativos. Por outro lado, trata-se de uma bibliografia que se estende dos vulgares manuais, às enciclopédias, aos dicionários e às revistas filiadas em distintas correntes filosóficas ou cruzadas com outras áreas do saber. Não obstante a panóplia bibliográfica, escasseiam livros, capítulos, artigos ou verbetes assinados por mulheres. As razões para tal estão identificadas e estendem-se a outras áreas do saber, o que, sendo factual, não constitui argumento suficiente para prolongar a invisibilidade e evitar o estudo dos poucos textos existentes. Assim, num dos projetos que delineámos para a disciplina de Filosofia da Educação começámos por estabelecer duas asserções: uma, que a educação é um problema para ser pensado pela filosofia; outra, que os livros escritos por mulheres e nos quais, direta ou indiretamente, se aborda a educação, devem ser incluídos no programa da disciplina. Se bem que a primeira asserção vise advertir para a necessidade de se retomar a tradição filosófica de pensar a educação e a segunda asserção vise resgatar do esquecimento textos marginalizados, as duas convergem na mesma intencionalidade racional: superar exclusões mal fundadas.

Neste sentido apresentámos um projeto focado numa só peça conceptual, mais precisamente num conceito que resistentemente se tem arrastado durante séculos, ainda que mal enunciado: a inclusão. A inclusão pareceu corresponder a esse conceito transversal e problematizador, pois afecta a condição humana, é estruturante da sociedade e, sobretudo, requer um aprofundamento reflexivo de ordem vivencial. Dele derivam três pontos correlatos:

- i. o percurso que a humanidade percorreu até à consciencialização da inclusão, enquanto modo relacional justo, respeitoso e solidário, foi historicamente longo;
- ii. a recusa da inclusão tem sido fundamentada numa diferença essencialista, muitas vezes combinada com a diferença biológica de ordem sexual e a determinação cósmica da natureza, decorrendo daí a imposição de um modelo inquestionável de organização social e cultural;
- iii. a concretização da recusa de inclusão tem expressão multimoda, como a discriminação das mulheres, impedindo-as não só de participar com autonomia no espaço público e na governação da cidade, como também de aceder livremente à educação e profissionalização.

O pressuposto de que a inclusão está garantida nas decisões institucionais, na atuação profissional e nas relações interpessoais, tão só por efeito da consagração legal, é infirme como provam as notícias mediáticas e, eventualmente, como cada pessoa pode constatar no seu círculo de observação. A consagração legal não sinaliza o fim de práticas excludentes, mas admite a denúncia e prossegue na condenação de tais práticas. Daí que a educação, mesmo ao nível do ensino superior, também tenha de considerar esta factualidade e planear a continuidade formativa (Ployé, 2023), pelo que o objetivo geral do projecto fosse criar um espaço de leitura e de debate para melhor compreender o que fundamenta a inclusão e a torna humanamente valiosa. É nossa convicção que a compreensão do processo inclusivo, a partir da Grécia, ajuda a lançar luz sobre a resistência ainda emergente na atualidade. Retornar ao passado pode mudar a nossa visão do que ele foi e, sobretudo, ajudar a compreender o presente.

2. METODOLOGIA, POPULAÇÃO E AMOSTRA

A metodologia é de ordem qualitativa e segue a hermenêutica crítica de texto. A população foi constituída pelas turmas de Filosofia da Educação do curso de Ciências da Educação da Universidade de Évora. A amostra circunscreveu vinte estudantes do referido curso com as quais se realizou uma leitura comentada da comédia *As Mulheres que celebram as Tesmofórias* (411 a. C) do ateniense Aristófanes, proporcionando a busca de fundamentação argumentativa para a manifestação da anti inclusividade na mentalidade coletiva. Para dinamizar as sessões organizaram-se dois grupos de trabalho: um, responsável por elencar argumentos a favor da inclusão; outro, de rejeição da inclusão.

O primeiro passo do exercício hermenêutico visou esclarecer o conceito de inclusão e reconhecer que não só se opõe ao desprezo pela diversidade humana e pela diferença que singulariza cada ser humano, como também tem persistido na sociedade de modo equívoco. Um

dos marcos desse equívoco foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. O princípio de inclusão está pressuposto no art.º 1.º e é formulado com o quantificador ‘todos’, usando-se o sujeito ‘homens’ – Todos os homens nascem e permanecem livres –, e também se encontra no art.º 2.º onde se declara que [todos os homens] são iguais em direitos. A exclusão das mulheres como cidadãs foi de imediato notada e contestada por Olympe de Gouges (1791). Um ano depois, Mary Wollstonecraft escreveu um ensaio sobre o assunto (1792). Ambas protestaram a falta de dimensão universal dos direitos humanos e o preconceito em os reconhecer como humanamente inaliénáveis e intransferíveis (Ellerman, 2010). Não é necessário que alguém os atribua e redistribua. Assim, de modo algum cabe aos homens excluir as mulheres em função da diferenciação sexual.

O segundo passo visou o reconhecimento da inclusão como um processo abrangente, que diz respeito às crianças e jovens, às pessoas com dificuldades cognitivas e de outra ordem, aos idosos e aos doentes, ou seja, a pessoas em estado de vulnerabilidade ou dependência (económica, afetiva, física...), expostas ao poder manipulador e sujeitas à violência subtil ou declarada. Este segundo passo não é menor e assenta em outra convicção: a inclusão é um processo aberto e inacabado (Ployé, Canat-Faure e Kohout-Diaz, 2023).

O terceiro passo consistiu na formulação de uma questão básica para começar a investigação: ¿quando é que a inclusão encontrou expressão discursiva? A pergunta pretendia identificar as primeiras manifestações discursivas na literatura e na filosofia da Grécia antiga.

Em filosofia, a hermenêutica de textos é metodologia recorrente, tomada como a componente exploratória de problemas e questões. Por conseguinte, foi este o procedimento metodológico seguido nas aulas quando houve necessidade de escolher textos para responder à questão formulada. Para efeitos de precisão metodológica, sobretudo no sentido de evitar interpretações anacrónicas e garantir a ética investigativa, o objecto de estudo – a questão acabada de enunciar – careceu de quatro esclarecimentos prévios e imprescindíveis. O primeiro, que não existem dados comprovativos de reivindicação da cidadania por parte das mulheres atenienses. As duas comédias aristofânicas não correspondem quer a um movimento revolucionário (*A Assembleia de Mulheres*) (Santos, 2023), quer a um protesto efectivo (*As Mulheres que celebram as Tesmofórias*).

O segundo, que o aparecimento do assunto em textos de filosofia e literatura (a considerar apenas os que restaram do muito que se produziu) confirma a misoginia cultural e social da época, expressa por Hesíodo, Semónides, Eurípedes, Aristófanes e Aristóteles.

Em terceiro lugar que Aristófanes e Platão abordaram diferentemente o assunto. O comediógrafo sob o pretexto de contestar o trágico Eurípedes e o filósofo como exercício teórico de resistência lógica da argumentação. Não se pode elegir Platão, por falta de inequívoca declaração pessoal, como um proto feminista (outros textos são menos claros a este respeito), mas a focagem do assunto deixa pressupor que a sua análise representava uma questão em aberto na *polis* ateniense. Certo é que Platão tece a mais recuada e forte argumentação a favor da plena atribuição de cidadania às mulheres. A respeito do filósofo ateniense, Julia Annas tem uma posição que equilibra a inovação platónica com a insignificância actual da argumentação platónica:

São raros os filósofos que lidaram seriamente com os problemas dos direitos e do estatuto da mulher, e aqueles que o fizeram, e que o têm feito, infelizmente estiveram muitas das vezes do lado errado. De facto, Platão e Mill são os únicos grandes filósofos que podem ser chamados provavelmente de feministas. Mas têm existido poucos esforços sérios para analisar os seus argumentos, talvez porque têm parecido ir ao encontro de um facto já adquirido. Este artigo trata unicamente de Platão. Mantereí aquilo que poderá surpreender alguém: é completamente errado pensar de Platão como o 'primeiro feminista'. Os seus argumentos são inaceitáveis para um feminista e os propósitos feitos na *República* são irrelevantes para o debate contemporâneo (Annas, 1996, p. 3)

O terceiro esclarecimento, vai na linha do anterior. São raros os textos clássicos que expõem a reação das mulheres contra a violência de que são alvo. O caso das *Tesmofórias* é uma excepção por levar a palco o fenómeno da agressão verbal. E embora sem ser um manifesto de denuncia, a comédia dá que pensar. Em oposição a Kenneth Dover, reputado helenista britânico, Frederico Lourenço adverte para a potencialidade interpretativa desta peça: «Mas contrariamente ao que opinou Dover, não me parece que seja justo afirmar que *Tesmofórias* é uma peça que deixa o espectador «sem nada em que pensar». É que por trás da facilidade superficial do recurso ao cómico previsível da temática «feminista», soa como que uma nota bastante mais séria, a ponto de a parábase poder ser lida como denúncia da situação socialmente injusta da mulher grega» (Lourenço, 2004, p. 185).

O último esclarecimento reforça o cunho ético do rigor investigativo e diz respeito ao conceito de inclusão como direito de participação extensiva e activa em todos os domínios da vida social, isto é, indissociável de cidadania. O seu uso generalizou-se recentemente no campo social e educacional em oposição à marginalização e exclusão de pessoas vulneráveis, em minoria ou alvo de preconceitos. É à luz deste uso contemporâneo valorizado semanticamente que o mobilizamos para abrir a nossa perspectiva de leitura. Não se trata, pois, de um conceito grego e, por isso mesmo, de modo algum deve ficar sujeito a leituras forçadamente anacrónicas. De raiz latina, a palavra 'inclusão' presta-se à ambiguidade. Derivada do verbo 'claudere', significa 'entrar num espaço fechado ou fechar num espaço' (clausura; claustro). Ora não é no sentido de encerrar ou integrar que actualmente é mobilizado. Aliás, o termo 'integração', se bem que próximo, distingue-se de inclusão. Julia Kristeva acentua esta diferença num texto intitulado *Handicap ou le droit à l'irrémissible*:

Je me méfie du terme «intégration» des handicapés: il sent la charité envers ceux qui n'auraient pas les mêmes droits que les autres. Je lui préfère celui d'«interaction» qui exprime une politique devenue éthique, en élargissant le pacte politique jusqu'aux frontières de la vie. (Kristeva, 2005, p. 621)

A aplicação do princípio de inclusão segue um pensar opositivo à exclusão de qualquer ordem e instaure outro modo de convivência que não perde de vista a singularidade de qualquer pessoa na pluralidade representada por todas as pessoas. De facto, o princípio tem estado sujeito à oscilação dos interesses político-económicos e tem-se configurado como um processo político-ético de gradual integração dos seres humanos. Apesar da proximidade processual, a

inclusão não se confunde com integração, correspondendo a primeira a um paradigma comunitário em que as pessoas, singularmente diversas, têm autonomia participativa em função do bem comum e a segunda, a um paradigma assente na lógica da assimilação parcial de conjuntos de pessoas com identidades aproximadas. Ora de paradigmas diferentes decorrem projetos distintos, pelo que não é despreciable a precisão conceptual, em particular no campo educativo. Importa acompanhar e interpretar este processo para o compreender na sua situação concreta. Em outras palavras, há que mergulhar no tempo da memória e observar como a exclusão foi internalizada culturalmente e a inclusão assomava aos palcos do teatro como uma extravagância risível.

3. RESULTADOS

Em resultado destes esclarecimentos prévios, as estudantes alargaram o quadro de conhecimentos contextualizadores que tinham da cultura grega e tomaram consciência das condições e dos condicionalismos inerentes à investigação. Um desses condicionalismos é a existência de textos. Por que razão, perguntava uma aluna, não se recorre a filósofas e escritoras gregas? A resposta é óbvia: as obras estão perdidas. Sobram resquícios e dados biográficos mínimos e incertos, quando não ignominiosos. Em literatura, registam-se, entre outros, os nomes de Safo de Lesbos (VII-VI a. C.), poetisa lírica, nascida em Mitilene Cleobulina ou Eumetia (VI a. C.), poetisa filha de Cleobulus, um dos Sete Sábios da Grécia Agallis, gramática que escreveu sobre Homero e Hipárquia de Maroneia que escreveu cartas e tragedias, sendo elogiada por Diógenes Laertios pela cultura e raciocínio, comparando-a com Platão, entre outras (Bernabé Pajares Rodríguez Somolinos, 1994). Em filosofia as mulheres mais conhecidas são Theana (VI a. C.), filósofa e matemática grega associada a Pitágoras Aspásia de Mileto (V a. C.), filósofa próxima de Péricles Asioteia de Filos (IV-III a. C.), filósofa que ensinou na Academia de Platão e Hipárquia de Maroneia (IV a. C.), filósofa da escola cínica (Diehl, 1994). Desta lista nem todos os nomes têm merecido menção, como comenta Mary Waithe, autora dos quatro volumes de *A History of Women Philosophers*:

No final de 1981, concluí que as realizações de 100 ou mais mulheres filósofas foram omitidas nas obras-padrão de referência filosófica e nas histórias da filosofia. Basta verificar as fontes como *The Encyclopedia of Philosophy* e as histórias de Copleston, Zeller, Bury, Grote e outros. Se as mulheres são mencionadas de algum modo, é apenas de passagem, em nota de rodapé. (Waithe, 1987, p. X)

A comédia de Aristófanes, sendo um texto pejado de referências desconhecidas, obrigou os/as estudantes a pesquisar. Descobriram um mundo com dinâmicas específicas como a celebração de festivais regulares. As Tesmofórias inscrevem-se nesse tipo de festivais, celebrando Deméter e sua filha Perséfone, deusas da fertilidade. Não menos importante foi a tomada de conhecimento da estrutura das comédias gregas e da sua potencialidade reflexiva. Como afirmou George Meredith, a comédia «deve despertar o riso pensativo [thoughtful laughter]»

Rumo ao princípio de inclusão. Uma leitura sobre a agressão verbal em As mulheres que celebram as Tesmofórias (Meredith, 1897, p. 11). Destacam-se, de seguida, as passagens seleccionadas para o debate argumentado.

A cena coloca-nos perante uma reunião de mulheres que se organizam para protestar contra a gravidade inerente à caracterização das personagens femininas nas peças trágicas de Eurípedes. Acusam-no de agressão verbal, de vexame público e responsabilizam-no pelas consequências matrimoniais implícitas no abuso. A primeira mulher a discursar refere a injustiça da ridicularização e os seus efeitos nos casamentos, pois instaura o clima de suspeita permanente por parte dos maridos, levando-os a um controlo de todos os movimentos, em particular no espaço doméstico, o mais circunscrito e apenas reservado às mulheres. Este aspecto não é de somenos importância, pois a perda de espaço significa perda do lugar da acção, do lugar onde se delibera e decide, ou seja, significa, a limite, anulação das mulheres como sujeitos de acção dentro do seu próprio espaço. Sem espaço não há existência actuante. Reproduzimos a primeira intervenção:

¡Mas há já muito tempo que eu – pobre de mim! – fervo de nos ver enxovalhadas por Eurípides, esse filho de uma hortaliçeira, e de ouvir toda a casta de injúrias. ¿Haverá algum insulto com que esse tipo nos não tenha brindado? ¿E calúnias? Seja onde for, desde que haja uma meia dúzia de espectadores, actores e coros, lá começa ele [Eurípides] a chamar-nos levianas, doidas por homens, bêbadas, traidoras, tagarelas, uns zeros, a desgraça completa dos maridos de tal maneira que eles, mal saem do teatro, põem-se a olhar para nós com desconfiança e logo a ver se descobrem algum amante escondido em casa. Já não podemos fazer nada do que fazíamos dantes, tais foram as misérias que esse fulano ensinou aos nossos maridos. [...] Por isso, parece-me que temos de arranjar maneira de dar cabo do fulano, seja lá como for, ou com veneno ou por qualquer outro processo que arrume com ele. Era isto que eu queria dizer publicamente. O resto vou escrevê-lo aqui com a secretária (Aristófanes, 2001, p. 63-64)

Para além de descrever a situação abusiva ela aponta para três características do trágico grego: em primeiro lugar, é um incontido misógino, pois, onde quer que seja e com quem quer que seja, Eurípides é ofensivo para com as mulheres; em segundo lugar, falta-lhe capacidade criativa, porquanto usa a agressão verbal como artifício para superar a falta de criatividade. Adensa os enredos das tragédias com a carga emocional, injectando a acidez do sarcasmo conseguido à custa das mulheres; em terceiro lugar é um deseducador, posto que não eleva axiologicamente a consciência humana. Obsessão, desrespeito, insuficiência criativa, vexação e negação do espírito formador da paideia grega são termos presentes ou pressupostos no discurso da primeira mulher e que é elogiado pelo coro: «Nunca ouvi mulher mais engenhosa do que esta, nem mais hábil a falar. Tudo que ela diz é justo. Examinou todos os aspectos da questão, ponderou tudo e, com inteligência, soube encontrar argumentos subtis, bem arquitectados» (Aristófanes, 2001, p. 65).

A segunda mulher a intervir testemunha como foi vítima da misoginia de Eurípides e introduz um novo dado: Eurípides era filho de uma mulher vendedora de hortaliças no mercado e ele dava continuidade à profissão da mãe ao vender tragédias em qualquer mercado. Falta-lhe a sofisticação por ter sido criado entre o bráido das hortaliças. Esta subtilidade, que

constitui um argumento *ad hominem*, também não escapou ao Coro que declara: «Ora aqui está outro espírito decidido, que se mostrou ainda mais subtil do que o anterior. Não foi a despropósito todo, aquele paleio: falou com senso e espírito arguto, sem arrebiques, mas de modo convincente» (Aristófanes, 2001, p. 65).

4. CONCLUSÕES

A centralidade da situação discriminatória nas comédias de Aristófanes, testemunhada por milhares de espectadores sentados nos degraus do Teatro de Dionísio, na encosta sul da Acrópole de Atenas, e a atenção que lhe dedicou Platão, ao ponto de a problematizar na *República*, livro dedicado à organização de uma cidade justa, confirma que a questão da extensão da cidadania às mulheres era de entendimento explícito. No entanto, este estado de entendimento não desencadeou um processo de abertura e alargamento do debate de modo a provocar uma ruptura organizacional favorável a uma ordem inclusiva. Tal conjunção literário-filosófica não passou de uma tangencialidade fugaz e a plausibilidade permaneceu inerte apesar das expectativas criadas.

REFERÊNCIAS

- Annas, Julia (1996). *Feminism and Ancient Philosophy*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315865782>
- Aristófanes (2001). *As Mulheres que celebram as Tesmofórias*. Edições 70.
- Aristófanes (2005). *As Mulheres no Parlamento*. FESTEIA Tema Clássico.
- Bernabé Pajares, A. e Rodríguez Somolinos, H. (1994). *Poetisas griegas*. Ediciones Clásicas.
- Diehl, E. (1949). *Anthologia lyrica graeca*. Teubner.
- Ellerman, D. (2010). *Inalienable Rights: A litmus test for liberal theories of justice*.
- Gouges, O. (1993 [1791]). *Déclaration des droits de la femme e de la citoyenne*. Noack, P. *Olympe de Gouges 1748-1793: Courtisane et militante des droits de la femme*. Éd. de Fallois.
- Kristeva, J. (2005). *Introdução à Semanálise*. 2.ª ed. Perspectiva.
- Law and Philosophy*, 29, 571-599. <https://doi.org/10.1007/s10982-010-9076-8>
- Lourenço, F. (2004). *Grécia Revisitada. Ensaio sobre a cultura grega*. Cotovia.
- Meredith, G. (1897). *An essay on comedy and the uses of the comic spirit*. C. Scribners sons.
- Nussbaum, M. (1990). *Love's Knowledge: Essays on Philosophy and Literature*. Oxford University Press.
- Nussbaum, M. (2010). *Not for profit: why democracy needs the humanities*. Princeton University Press.
- Platão. (2001). *A República*. 9.ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ployé, A., Canat-Faure, S. e Kohout-Diaz, M. (2023). L'éducation inclusive. De l'école à l'université. *Le Carnet PSY*2(259), 44-46.
- Santos, M. T. (2023). Da exclusão à inclusão. A leitura de clássicos gregos em filosofia da educação. Morales (Coord.), *Interculturalidad, inclusión y equidad en educación*. USAL. <https://doi.org/10.14201/OAQ0331>
- Waithe, M. (1987). *A History of Women Philosophers*. IV vols. University of Minnesota
- Wollstonecraft, Mary. (2012 [1792]). *A Vindication of the Rights of Woman: With Strictures on Political and Moral Subjects*. Cambridge University Press <https://doi.org/10.1017/CBO9780511732034>